

COMPARATIVISMO LITERÁRIO E VALOR CULTURAL

Wander Melo Miranda*

This essay tries to situate the "territory" where cultural and ethic value of comparative literature would reside.

A falta brasileira de organização é tamanha que tudo o que vendem dos índios, no mercado de Belém, é legítimo. É tudo bastante feio, sem valor, usado. Inda não teve quem se lembrasse que é falsificando que a gente consegue tomar estas coisas de mais valor, não só fazendo mais bonito e mais bem feito que os índios, como valorizando as coisas deles, por torná-las legítimas e mais raras. É o documento falso que torna o verdadeiro, legítimo. Ora o valor nunca está propriamente na verdade, e sim na legitimidade, não acha mesmo? Eu não sei bem se acho, mas como já escrevi, que fique. Vai por conta da desorganização nacional.

Mário de Andrade - *O turista aprendiz.*

A anotação da "viagem etnográfica" de Mário de Andrade, datada de 1º de agosto de 1927, quando o viajante está para deixar Belém do Pará, oferece vias esclarecedoras de encaminhamento da questão do valor que aqui se propõe sucintamente abordar. Na sua argumentação, o escritor-etnógrafo considera, de início, a transformação meio canhestra do valor de uso do objeto indígena em valor de troca - numa palavra, em mercadoria. Meio canhestra, porque a mercadoria dos índios traz ainda as marcas utilitárias de seu contexto de origem, um valor a menos ("feio",

* Professora Titular de Teoria da Literatura da UFMG.

"usado", diz o texto) na nova situação de mercado em que tal objeto, mesmo reduzido a mero produto, deveria funcionar como objeto cultural específico e não apenas como referencial exótico de uma cultura geral, a brasileira. A operação valorativa dentro dos padrões impostos por esta última requer, portanto, um deslocamento da função inicial do objeto singular, uma sorte de violência significativa que desfaça sua opacidade e a endogenia da cultura de onde provém.

Este ato de "universalização" ou intervenção *branca* permite resgatar a originalidade do objeto indígena reduplicando-o por meio da cópia que irá legitimá-lo por contraste - "o documento falso toma o verdadeiro, legítimo." À primeira vista parece tratar-se de uma sorte de tradução intercultural que se assenta na hierarquia dos termos envolvidos e reafirma a função legitimadora de uma cultura sobre outra, com o intuito de sanar o dissenso interno que a configura. No entanto, a impressão muda se se observa o enquadramento que é dado à argumentação, que começa e termina com a referência à falta de organização nacional. Levando-se em conta as circunstâncias históricas da época em que foi escrito, o texto aponta então para a falta de legitimidade do processo cultural brasileiro como um todo, uma vez que comprometido internamente pela desconexão das zonas intraculturais que o configuram, situação de carência que só a dinâmica das trocas simbólicas efetivas possibilitaria reverter.

Pode-se aferir da lógica andradina que o legítimo é o resultado de um processo de intercâmbio e redimensionamento de valores inerentes à exigência de universalidade e totalização própria ao saber ocidental. Supõe o confronto com o heterogêneo no que ele tem de irreduzível culturalmente e que só é acessível pela cópia falsificadora - repetição mimética em que o "mais bonito e mais bem feito" se revela como um acréscimo suplementar ao "verdadeiro" e aí instaura uma nova forma de articulação entre os objetos e os sujeitos que lhes atribuem valor.

A essa nova forma de articulação segue-se a noção de arte como um sistema cultural em que a diferença se apresenta como um processo de significação no qual, na contemporaneidade, se afirmam campos de força distintos e distintos critérios de avaliação. Ao valor enquanto horizonte consensual, a ser atingido pelo juízo crítico fundado na aludida demanda de universalidade e totalização, contrapõe-se a *relação como valor*, o que reforça o componente comparativista dos estudos que visam à abordagem do objeto cultural, artístico ou literário hoje em dia. Daí a emergência de um entre-lugar discursivo como possibilidade de redefinição do valor da literatura e de reformulação do comparativismo como estratégia de resistência à uniformização globalizante.

A tarefa atual do comparatista bem poderia ser a de abrir espaço para "o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através de suas projeções de alteridade" (Bhabha, p.12) e como tais projeções revelam

tradições literárias locais, já atravessadas pelos efeitos da globalização. Pensada nesses termos, a literatura comparada instaura *formas singulares* de interlocução - intersemiótica, intercultural - que a constituem enquanto discurso diferenciado e que, por sua vez, impulsionam a construção de novos objetos teóricos. A partir de uma perspectiva conceitual contextualizada e não essencialista, esses objetos respondem não só pelas suas próprias condições de produção, mas também pela razão teórica e metodológica que os auto-regula discursivamente.

A problematização dos limites disciplinares que a literatura comparada passa a enfrentar, acirrada pela disseminação e fragmentação do saber na pós-modernidade, pauta-se pela desconstrução do parâmetro de referência que a institucionalizou como disciplina: a centralidade das literaturas metropolitanas e a escala hierárquica que introduzem na relação comparatista. Diante da situação engendrada pela radicalização da crítica ao eurocentrismo histórico da disciplina, trata-se de chamar a atenção para o fato de que objetos literários diferenciados são formas liminares de representação social e de redimensionamento de práticas políticas, considerando-se a heterogeneidade que constitui essas formas e que só podem ser bem percebidas quando se cruzam as fronteiras de um território - disciplinar ou cultural. Esse ponto de cruzamento ou intersecção revela que as identidades são sempre identidades virtuais, no sentido de que se situam "entre o não ser e o ser outro", para retomar a conhecida formulação de Paulo Emílio Salles Gomes, não mais como um estigma e sim como a própria condição de possibilidade de toda e qualquer cultura.

A crítica se veria, portanto, destituída do papel prioritário que lhe coube desempenhar na modernidade - o de consolidar a instituição literária através de parâmetros judicativos - para se deter na auto-reflexão de suas premissas até o limite de sua implosão e na refuncionalização do seu objeto, ele também flexionado até a destituição da transcendência que anteriormente lhe garantia um lugar hegemônico na ordem dos discursos. Para tanto, o gesto crítico deve valer-se da natureza intersticial da literatura - uma forma *entre* outras, um valor *entre* outros - para melhor acessar as novas conexões apropriadas pelo espaço intervalar que lhe garante a "sobrevivência" na atualidade. Nesse sentido, pode-se dizer que o comparativismo tem indicado, sob variadas perspectivas, que a transferência de sentidos nunca é total entre sistemas literários e culturais distintos. As diferenças são elas próprias reinscritas ou reconstituídas em qualquer ato de comunicação e transmissão, o que acaba por revelar a instabilidade de toda divisão de sentido baseada num dentro e num fora, num centro e numa periferia. Os estudos comparatistas mais recentes têm levado em conta que a diferença cultural intervém para transformar o cenário da articulação, reorientando o conhecimento através da perspectiva significativa do "outro" que resiste à totalização indiferenciadora.

Agenciamentos e intercâmbios culturais então resultantes permitem observar em que medida a recepção de modelos externos suplementa modelos locais e impulsiona a emergência de novos valores que irão ampliar as alternativas de escolha e de experimentação de indivíduos, grupos e comunidades.

O resgate de objetos culturais diferenciados intervém na adição que busca totalizar, pela semelhança unificadora, os traços de identidade de uma cultura. O resultado de tal operação traduz-se na promoção de relações que formam um espaço de significação descentrada, aberto a modalidades residuais ou alternativas de atuação. Nesse caso, o elemento nacional ou macro-regional, enquanto traço de identidade literária, por exemplo, só adquire valor de referência quando respaldado pela heterogeneidade que o constitui e que o torna singular no conjunto das representações simbólicas em que se insere. Pensar estas últimas é, pois, considerar formas liminares de representação social e de práticas políticas, levando-se em conta a diversidade que as caracteriza e que só pode ser percebida com clareza do ponto de vista dos impasses e contradições que permeiam todo contingente cultural na contemporaneidade.

Estudos recentes, no campo dos discursos das minorias sexuais, étnicas e de gênero têm desempenhado papel significativo no tocante ao desenvolvimento de teorias e métodos comparatistas, assinalando a existência de fronteiras internas que demarcam o espaço heterogêneo da identidade a ser compartilhada. Não se trata de inverter o eixo da discriminação, instalando o excluído ou marginalizado no centro. A emergência dos discursos minoritários resulta num movimento dual de alargamento e estreitamento de fronteiras culturais, tendo em vista os "territórios" a serem cedidos ou conquistados no âmbito das diferenças sociais e das lutas políticas.

As subjetividades aí em disputa, ao se inscreverem na rede textual que lhes dá forma pela via agonística, deslocam a centralidade do sujeito anteriormente sustentada pela literatura. Ao fazê-lo, insurgem-se contra as práticas representacionais canônicas a elas acrescentando o traço de irredutibilidade do heterogêneo, como obstáculo à pluralidade liberal e ao multiculturalismo conciliador. É nesse território minado que parece residir, enfim, o valor cultural e ético da literatura comparada, sua possibilidade de fazer germinar aquele "documento falso que toma o verdadeiro, legítimo."